

Retomando o caminho de Medellín: Dom José Maria Pires: 50 anos de história

Mauro Passos^{*}

Resumo: *Esta comunicação analisa a trajetória de Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba (1965-1995), as iniciativas pastorais, sociais e culturais e sua conexão com o movimento do catolicismo brasileiro pelo seu aggiornamento, em prol das mudanças sociais e políticas e a construção de uma Igreja dos Pobres. A novidade dessa trajetória pastoral vem expressa nos termos “iniciativas”, “participação” e “construção”. O caminho trilhado para este artigo constou de pesquisa documental de fonte primária, depoimentos orais, artigos de jornal, boletins da Arquidiocese da Paraíba, relatórios e livros. O contato com personagens que conviveram com o arcebispo, neste período, transformou as fontes com os depoimentos, em memória viva. Através de uma nova prática, comprometida com o processo de luta pela justiça, pelos direitos fundamentais dos pobres, contra um sistema excludente e autoritário, a própria consciência do Ser Igreja foi-se modificando. Assim, a Palavra de Deus torna-se luz para entender essa história. Os diversos documentos desse pastor registram essa prática pastoral nos meios urbano e rural, que foi sendo assumida e incrementada na Arquidiocese da Paraíba. Fazem parte desse quadro os problemas, as dificuldades e silêncios de alguns grupos e movimentos religiosos, e divergências e conflitos. Dom José soube trabalhar com os elementos da tradição e os olhos no futuro. Com isso, a mediação das relações não se dava somente em nível institucional, como nos períodos anteriores, mas na própria realidade social, nas comunidades, nos grupos, nas pastorais, nas manifestações religiosas populares e no jeito de ser Igreja. Uma característica marcante da pastoral arquidiocesana foi buscar caminhos mais sintonizados com os desafios da realidade nordestina e paraibana. No vínculo da práxis pastoral com a justiça social, a participação do arcebispo na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín, em 1968, foi muito significativa. Num momento singular da história brasileira, sua preocupação estava direcionada para a construção de um mundo mais humano, onde todos encontrassem melhores condições de vida. Resgatar o humano, para edificar uma sociedade mais justa, implica captar formas de ação que ofereçam bases para um mundo diferente. É importante verificar o que isso quer dizer para a situação brasileira, ainda hoje, como também para a Igreja Católica (Em vários aspectos há, hoje, uma involução da Igreja e uma volta aos movimentos tradicionais e conservadores!). O Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín e as Diretrizes Pastorais da Igreja no Brasil eram o caminho a ser percorrido. Um marco histórico, espelhado no Evangelho, que muito influenciou a Ação Pastoral na Arquidiocese da Paraíba foi também o Pacto das Catacumbas. Foi uma expressão pública e o compromisso de um grupo de bispos do Concílio Vaticano II com uma Igreja servidora dos pobres e empenhada na luta por fraternidade e justiça. Dom José Maria Pires fazia parte desse grupo e se empenhou nessa causa em Medellín e depois em Puebla. Esses eventos, particularmente, foram canteiros de obras para o*

^{*} UFMG/Centro Loyola.

trabalho pastoral e o futuro foi sua construção. O trabalho desenvolvido, as novas pastorais e as formas de organização não tiveram um resultado imediato. Uma mudança é semelhante à infiltração de água – lenta e persistente. Assim foi possível transformar as constituições, decretos, compromissos e experiências em obras e fatos. Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem lugares. (Michel de Certeau).

Palavras-chave: Pastoral; Direitos humanos e sociais; CEBs.

1. DAS ORIGENS

No dia 15 de março de 1919, num povoado chamado Córregos, estado de Minas Gerais, Brasil, nasceu José Maria Pires, de uma família simples. Seu pai era descendente de portugueses e sua mãe de africanos e ciganos. Ordenou-se sacerdote aos 20/12/1941 e foi eleito bispo em 22/09/1957. Sua primeira diocese foi Araçuaí, no interior de Minas, onde ficou de 1957 a 1965. Nessa data foi nomeado Arcebispo da Paraíba. Ele chega à Arquidiocese da Paraíba marcado pela experiência e pelas mudanças do Concílio Vaticano II. O panorama político brasileiro havia mudado, em 1964, com o golpe militar que perdurou até 1985. A multiplicação dos regimes militares nas décadas de 1960 a 1970 ocupou o continente sul-americano, com exceção da Venezuela e Colômbia. A situação tornou-se mais crítica com a instauração do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968 – um golpe dentro do golpe. A dinâmica do regime passou a ser a violência e o desrespeito aos direitos humanos, sociais e políticos.

O caminho trilhado para este artigo constou de pesquisa documental de fonte primária, depoimentos orais, artigos de jornal, boletins da Arquidiocese da Paraíba, relatórios e livros. O contato com personagens que conviveram com o arcebispo, neste período, transformou as fontes com os depoimentos, em memória viva.

Este texto analisa a trajetória de Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba (1965-1995), as iniciativas pastorais, sociais e culturais e sua conexão com o movimento do catolicismo brasileiro pelo seu *aggiornamento*, em prol das mudanças sociais e políticas e a construção de uma Igreja dos Pobres. A novidade dessa trajetória pastoral vem expressa nos termos “iniciativas”, “participação” e “construção”.

Nesse contexto histórico, Dom José, com 46 anos de idade, assume a Arquidiocese da Paraíba e começa a pôr em prática a orientação conciliar – uma Igreja Povo de Deus, a nova eclesiologia do Concílio Vaticano II, expressa na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Alguns obstáculos começaram a aparecer, tendo em vista sua origem simples, sua cor negra e, ainda, sua opção por uma Igreja dos Pobres, o respeito pelos valores da religiosidade popular, sua inserção e luta contra a situação social e política injusta daquele período. Como se situar diante das incertezas políticas e sociais e avizinhar-se de temas e questões que bradam por justiça, liberdade e compromisso social? O envolvimento e a militância em diversas áreas sociais contribuíram para a mudança e um novo desenho religioso.

A partir de então, o novo arcebispo despojou-se do palácio episcopal, indo morar numa casa simples, no Largo de São Francisco, decisão coerente com o Pacto das Catacumbas: “Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo que se segue”. (BEOZZO, 2015, p. 29).

Dom José soube trabalhar com os elementos da tradição e os olhos no futuro. Com isso, a mediação das relações não se dava somente em nível institucional, como nos períodos anteriores, mas na própria realidade social, nas comunidades, nos grupos, nas pastorais, nas manifestações religiosas populares e no jeito de ser Igreja.

Uma característica marcante da pastoral arquidiocesana foi buscar caminhos mais sintonizados com os desafios da realidade nordestina e paraibana. No vínculo da práxis pastoral com a justiça social, a participação do arcebispo na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín, em 1968, foi muito significativa. Segundo ele, o Concílio Vaticano II começou em Medellín para a América Latina.

Num momento singular da história brasileira, a preocupação de Dom José estava direcionada para a construção de um mundo mais humano para edificar uma sociedade mais justa. É importante verificar o que isso quer dizer para a situação brasileira, ainda hoje, como também para a Igreja Católica (Em vários aspectos há, hoje, uma involução da Igreja e uma volta aos movimentos tradicionais e conservadores!). Nas regiões onde atuou, revigorou o sentido das palavras pastoral, evangelização, participação, no caminho de Medellín:

Até agora a Igreja contou principalmente com uma pastoral de conservação. [...] Hoje, entretanto, as próprias transformações do continente exigem uma revisão dessa pastoral, a fim de que se adapte à diversidade e pluralidade do povo latino-americano. (CELAM, 1998, p.109).

O Concílio Vaticano II, a Conferência de Medellín e as Diretrizes Pastorais da Igreja no Brasil eram o caminho a ser percorrido. Um marco histórico, espelhado no Evangelho, que muito influenciou a Ação Pastoral na Arquidiocese da Paraíba foi o Pacto das Catacumbas. Foi uma expressão pública e o compromisso de um grupo de bispos do Concílio Vaticano II com uma Igreja servidora, pobre e empenhada na luta por fraternidade, igualdade e justiça. Dom José Maria Pires fazia parte desse grupo e se empenhou nessa causa em Medellín e depois em Puebla.

2. TRAJETÓRIA PASTORAL: UM NOVO JEITO DE SER IGREJA

O Evangelho vai mais longe do que a Igreja (José Mattoso).

“Será que nossas Igrejas tradicionais têm o monopólio da apostolicidade? O Pentecostes foi fato histórico único ou novos Pentecostes acontecem, dando origem a Igrejas totalmente novas?” (PIRES, 1992, p. 12). Com essas palavras, Dom José fez a apresentação de um livro: *Falando por nós mesmos*. Ele descreve um jeito novo e criativo de viver a fé cristã em algumas igrejas de países africanos, indicando a importância de se conhecer a realidade para iniciar um trabalho pastoral.

Animado pela luz conciliar, pelas opções de Medellín e pelo compromisso do Pacto das Catacumbas, o arcebispo põe em prática os pontos decisivos desses eventos: uma Igreja Povo de Deus e servidora, a opção preferencial pelos pobres. Mais do que isso, em lugar de fazer, mobilizava os grupos e as pessoas para fazerem e, assim, multiplicava ações. O termo pastoral traduzia a necessidade de dialogar com a realidade, ouvir as pessoas e grupos e planejar a ação. Soube também respeitar os grupos tradicionais que preferiam outro estilo de Igreja. Como forma de não os deixar à margem, idealizou uma forma de ação que chamou de Grupo dos Notáveis. Eram padres que iam visitar os presídios e levar uma mensagem religiosa. Com isso, ficavam sabendo quem estava preso e ajudavam, ainda, a localizar detentos políticos desaparecidos. Na sombra de um gesto piedoso estava uma ação social e política.

Com um ano na Arquidiocese da Paraíba, Dom José percebe a situação no meio rural. Juntamente com Dom Hélder Câmara lidera um movimento a favor dos trabalhadores. Em 1966, os bispos do Regional Nordeste II da CNBB reafirmam o conteúdo de um manifesto da Ação Católica Operária (ACO) sobre esta situação: “Deploramos e condenamos todas as injustiças cometidas contra os trabalhadores. Reafirmamos, enfim, nossa confiança e nosso apoio às organizações que atuam no meio operário e no meio rural”. (CNBB, 1966, p. 248).

O pensamento do arcebispo da Paraíba era construir com o povo outro jeito de ser Igreja. Nesse caminho, era preciso atualizar o seminário e formar os futuros padres com uma linguagem que atingisse, particularmente, as camadas populares. Era preciso tirar a poeira que afetava a formação filosófica, teológica e pastoral (Infelizmente a Igreja, hoje, voltou a formar os seminaristas segundo o modelo do Concílio de Trento!) e investir numa formação teológica plural, contextualizada na realidade. A experiência foi a saída dos seminaristas do grande seminário para morarem em pequenas comunidades. Essa experiência ficou conhecida como “A Teologia da Enxada”. Envolveu o Seminário Regional do Nordeste II (SERENE II) e o Instituto de Teologia de Recife (ITER), que foram fechados pela Sagrada Congregação para a Educação Católica, em 12 de agosto de 1989. Esse, no entanto, não era o pensamento que o Papa Paulo VI expressou na carta *Octogesima adveniens*, em 1971:

Diante de situações tão diversificadas, é-nos difícil [...] propor uma única solução com valor universal. [...]. Cabe às comunidades cristãs analisar com objetividade a situação própria de seus países e iluminá-la à luz das palavras inalteráveis do Evangelho (PAULO VI, 1971, p. 5, n. 4.).

Nessa linha, ele criou um Seminário Rural em Avarzeado, em 1981. Teve problemas, também, com a Cúria Romana, que desaprovou formalmente seu funcionamento. Com isso, o seminário foi transformado num Centro de Formação de Missionários. Em 1987, fundou o Centro de Formação das Missionárias do Meio Popular, em Mogeiro, direcionado predominantemente para as mulheres. As missionárias, ainda hoje, constituem grupos com núcleos na Paraíba em algumas regiões dos estados da Bahia e do Piauí.

Como ajudar os pobres na defesa da vida e dos seus direitos? O caminho foi a fundação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, em 21 de abril de 1976. A articulação entre evangelização e compromisso social atravessava a pastoral da Arquidiocese da Paraíba. Segundo Dom José, depois de Medellín: “A Igreja foi se dessolidarizando do poder e se colocando ao lado das vítimas do sistema, abriu suas portas para abrigar os perseguidos e se tornou, como sempre deveria ter sido, uma cidade de asilo” (PIRES, 2014, p. 9).

O grande desafio daquele período (e por que não dizer, ainda, de hoje?) é envolver o catolicismo tanto por dentro – na gramática da fé –, quanto por fora – nas articulações com a realidade, a política, a cultura. Planejamento passou a ser uma palavra-chave no trabalho pastoral. A metodologia estava orientada em três princípios:

- 1º - Formação de uma nova sociedade e de um homem novo;
- 2º - Opção pelo Povo e prática de uma Pastoral Libertadora;
- 3º - Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); Construção de uma Igreja-Gente, articulando Fé e Vida; O Povo como sujeito da Ação Pastoral (PASSOS, 2011, p. 143).

A Ação Pastoral implica uma mudança metodológica para poder dialogar com a realidade social, histórica e política. Seu significado é comunhão e participação. Em 1983, Dom José participou de vários encontros e reuniões no Nordeste, preparando o documento *Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil*. Esse documento foi promulgado em agosto de 1984, na 22ª Assembleia Geral da CNBB.

Uma grande contribuição da Igreja latino-americana para a Igreja Universal foi a experiência das CEBs. Além do aspecto religioso, têm uma importância política, social e cultural, como lembra o documento de Medellín:

O esforço pastoral da Igreja, deve estar orientado à transformação dessas comunidades em ‘família de Deus’. Célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento (CELAM, 1998, p. 208).

As CEBs tiveram um papel de “ressocialização” junto às camadas populares. Acima de qualquer diferença religiosa, social, política ou econômica, o respeito à pessoa direcionava para as questões tão proclamadas hoje: cidadania, participação e inclusão. Com isso, várias reivindicações foram ocorrendo, tais como abertura de creches, escolas,

postos de saúde, moradia, assentamentos de terras. Mudou sensivelmente a visão das classes populares.

Com o tema *Comunidades Eclesiais de Base: Igreja, Povo que se liberta*, realizou-se de 19 a 23 de julho de 1978, em João Pessoa, o III Encontro Intereclesial das CEBs no Brasil. Um instrumento fundamental para a organização e comunicação nas CEBs foi o jornal *Folha das Comunidades*, órgão de divulgação mensal, editado com o apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Informava sobre a Igreja no Brasil, o movimento nas CEBs, a política, a sociedade, a cultura e a Igreja no Brasil.

Um movimento novo foi *O Leme*, que se iniciou em 1969, em Pitimbu. Trata-se de uma pastoral para os pescadores, sob a coordenação de uma religiosa, Irmã Nilza Montenegro. Foi um movimento pioneiro na região nordestina. Em 1971, a Arquidiocese da Paraíba sediou a primeira reunião do grupo, com treze agentes de pastoral. Depois foi planejado o Primeiro Encontro Regional da Pastoral dos Pescadores, para agosto de 1972, no Seminário de Olinda. Nesse encontro foi criado o boletim – *O Leme*.

A Teologia da Libertação foi questionada e desconsiderada pelo Vaticano, em diversas ocasiões, particularmente, no período do Papa João Paulo II. Dom José manteve-se coerente e continuou fazendo seu trabalho pastoral e tendo-a como base para a Ação Pastoral. Essa é uma questão para a teologia atualmente. É o momento de retomar o significado de Medellín e avançar no que ele quis criar no interior da Igreja.

3. A PARTIR DO POVO E PARA O POVO – TERRA, MEIO, EDUCAÇÃO

Melhor do que o pão é a sua partilha (Dom Hélder Câmara).

Em 1968, Dom José publicou um documento intitulado *Os menores e nós*, destacando a situação de crianças e adolescentes marginalizados. Denunciou o tratamento dado aos menores desajustados na Colônia de Readaptação de Mangabeira, próxima a João Pessoa e a morte de um menino: o “Manteiga”, trucidado pelos colegas de cela, na prisão em João Pessoa.

Diante da gravidade da situação rural na região nordestina, Dom José Maria Pires faz um movimento na Arquidiocese em prol do homem do campo. Apoiou a organização sindical, sobretudo as reivindicações justas e necessárias em prol de uma política de utilização da terra, construção de açudes, assistência técnica e financeira aos pequenos produtores. Em 1975, uma situação conflituosa, aconteceu nas regiões de Alagamar, Camucim e Mucatu e várias visitas foram feitas nesses locais por Dom José e seus assessores. Com base em dados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba, relatos dos moradores dessas regiões e documentos registrados sobre o conflito, foi feito um grande movimento da Arquidiocese.

Apresento um quadro demonstrativo das Cartas Pastorais de Dom José Maria Pires. Estão organizadas em dois grupos temáticos. O primeiro grupo relata os diversos problemas do homem do campo e o segundo diversos temas.

1° GRUPO: A QUESTÃO AGRÁRIA E O PAPEL DA IGREJA

Data	Conteúdo das Cartas Pastorais de Dom José Maria Pires
25.04.1975	Primeira Carta: sobre o sofrimento dos camponeses Analisa o final da seca de 1975 e o sofrimento da população que vive na zona rural nesse período de estiagem
15.06.1975	Segunda Carta: sobre o sofrimento dos agricultores Relata o sofrimento dos agricultores vítimas do conflito pela posse da terra na Fazenda Mucatu.
12.12.1975	Terceira Carta: sobre os problemas do campo Analisa a acusação sofrida por Frei Hermano José, pelo Serviço de Segurança Nacional, de subversivo e comunista, pelo fato de defender em suas pregações a concessão da terra ao homem do campo para sustento de sua família.
05.03.1976	Quarta Carta: sobre os sofrimentos dos agricultores Comenta e denuncia a expulsão e o sofrimento dos agricultores das fazendas Mata-de-Vara e Lameiro, nos municípios de São Miguel de Taipu e Serra da Raiz.
12.02.1978	Quinta Carta: sobre o Compromisso da Igreja com os Fracos e Oprimidos Comenta as diretrizes assumidas pela Igreja da Paraíba e toma a posição ao lado do fraco, do oprimido, em favor da defesa de seus direitos, denunciando tudo que desrespeita os Direitos humanos e a justiça.

2° GRUPO: TEMAS DIVERSOS

Data	Conteúdo das Cartas Pastorais de Dom José Maria Pires
16.07.1986	Carta Pastoral sobre Constituinte e Constituição O conteúdo está centrado na elaboração da Constituição Brasileira. Tece uma série de reflexões sobre a importância da participação dos vários segmentos da sociedade na elaboração dessa Carta Magna.
27.04.1992	Carta Pastoral por ocasião do centenário da criação da Diocese da Paraíba Comenta os 100 anos da criação da Diocese da Paraíba. Faz um relato histórico, uma análise crítica do presente e uma projeção sobre o futuro da Igreja da Paraíba.
30.05.1993	Carta Pastoral Caminhar Juntos: Ano Missionário (1993-1994) Trata da celebração do primeiro centenário de instalação da Diocese. Convida a comunidade diocesana a uma avaliação, no ano missionário, sobre os trabalhos pastorais e o significado da Igreja na história dessa região brasileira.
12.10.1994	Carta pastoral sobre a Instituição do Dízimo na Arquidiocese da Paraíba Relata a história da implantação do dízimo nas primeiras comunidades cristãs e demonstra a importância desse gesto, como partilha e divisão dos bens, para a comunidade diocesana.
26.11.1995	Carta Pastoral Amor e Dedicção à Paraíba

	Faz um histórico sobre sua atuação como pastor na Arquidiocese da Paraíba. É um depoimento pessoal de vida. Cataloga os tempos pretéritos e colhe o sentido das intenções que deram corpo ao Projeto Pastoral no período de 1965 a 1995.
--	--

Um fato singular na história da luta pela terra foi a ida de Dom José Maria Pires a Alagamar, aos 05/01/1980, para ajudar a expulsar das plantações dos camponeses o gado colocado ali sob a ordem dos grandes proprietários. Ao seu lado estavam Dom Hélder Câmara, outros bispos e religiosos, que também ajudaram a tocar os animais para que não comessem a lavoura dos pequenos lavradores que viviam e trabalhavam naquelas terras havia anos.

Na multiplicidade de lutas pela terra, o escritor Waldemar J. Solha foi às fontes do conflito e reconstituiu a história sobre os problemas de Alagamar. Escreveu a *Cantata pra Alagamar*, musicada pelo maestro Alberto Kaplan, Regente Titular da Orquestra de Câmara da Paraíba. Assim, o conflito foi transposto para a arte. Para interpretá-la foram convocados atores, atrizes, cantores, músicos e pessoas da comunidade. Como se tratava de um espetáculo (uma Ópera do Sertão!) de forte conteúdo político, não pôde ser apresentada nos teatros de João Pessoa, naquele período de censura prévia imposta pela ditadura militar. No dia 17 de junho de 1979, a primeira apresentação foi feita na Capela da Igreja de São Francisco. Nessa mesma data estava acontecendo em João Pessoa o Simpósio “*Luta contra as dominações*”, com participantes brasileiros e de vários países. Dom Hélder Câmara conseguiu a tradução do texto para o inglês e francês, divulgando, assim, o Conflito de Alagamar.

Um instrumento importante numa comunidade é a educação. A busca de uma resposta ao apelo popular fez com que, na Arquidiocese da Paraíba, a opção fosse direcionada para a Educação Popular. Foi criado o Centro de Documentação e Publicações Populares (Cedop). Reunia educadores, agentes de pastoral, padres, sociólogos, líderes populares, artistas, jornalistas, religiosos. Outra atividade foi a criação de Bibliotecas Populares. Havia alguns polos na cidade que recebiam livros e emprestavam para as pessoas lerem e estudarem. A motivação vinha com o seguinte slogan: “*Dê um livro e espalhe sabedoria*”. Posteriormente, essas bibliotecas tiveram o nome alterado para “Bibliotecas Dom José Maria Pires”.

Não basta somente abrir frentes de trabalho. É necessário escolher instrumentos e métodos adequados. Nesse sentido, um grupo diversificado e qualificado de assessores contribuiu para a publicação de documentos da CNBB, encíclicas, textos bíblicos, históricos e sociais em linguagem popular para as reuniões nos grupos e nas CEBs.

Em 1970, Dom José assumiu a coordenação do Movimento de Educação de Base da CNBB (MEB), substituindo Dom José Vicente Távora, que morreu nesse mesmo ano.

Outra iniciativa pioneira de Dom José M. Pires foi a fundação da Pastoral dos Negros. Ele fez um movimento junto à CNBB em favor dessa causa e, a partir de 1980, começaram a ser organizados grupos de reflexão dentro da própria Igreja. A primeira iniciativa começou com o grupo União e Consciência Negra. Depois surgiram outros grupos intitulados Agentes de Pastoral Negros (APNs) e o Instituto Mariama (IMA), que

reúne bispos, padres e diáconos negros. Outra iniciativa foi a Missa dos Quilombos, celebrada para um grande público em Recife, no dia 22 de novembro de 1981. Os cânticos tocados na Missa foram compostos por Dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, com música de Milton Nascimento, que também participou da celebração. A celebração foi presidida por Dom José Maria Pires, concelebrada com Dom Hélder Câmara, em frente à Igreja do Carmo, onde a cabeça de Zumbi fora exposta séculos atrás. Os sons dos tambores e as danças africanas deram um toque diferente/novo na liturgia.

A celebração foi muito contestada. Os jornais de Recife publicaram artigos contra, afirmando que no Brasil não havia racismo e que a Missa era uma maneira de fomentar a discórdia na sociedade. No dia da Missa, havia folhetos espalhados em Recife contra sua realização. Neles, os cartazes originais de convite para a Missa apareciam modificados: o desenho da mão negra segurando uma cruz foi alterado pelos grupos que estavam contra, transformando a mão em uma foice e a cruz em um martelo, lembrando o símbolo do comunismo. Os opositores espalharam outros cartazes afirmando que a Missa dos Quilombos era uma celebração promovida por alguns bispos vermelhos, com caráter revolucionário, sem a aprovação da CNBB. Alguns meses depois, a Missa dos Quilombos foi proibida pelo Vaticano.

CONCLUSÃO

...tu és a história que narraste, não o simples narrador (Carlos Drummond de Andrade).

A obra de Dom José Maria Pires é o resultado de seu posicionamento na vida. Seus atos, falas e movimentos compõem sua obra. Segundo Michel de Certeau: *“A criação vem de mais longe que seus autores, sujeitos supostos, e extravasa suas obras, objetos cujo fechamento é fictício”* (CERTEAU, 1993, p. 10).

Vê-se, em toda sua pujança, um bispo dialogando com a história, articulando vida e fé, o evento/os eventos, a tradição e a modernidade. Indicou pistas, provocou, questionou, discutiu, dialogou, enfim, fez/faz pensar para nos ajudar a interpretar as diferentes paisagens do cristianismo. Esse é o sólido *humus* fertilizante do cristianismo.

Para concluir, mas não em último lugar, cabe destacar que hoje o mundo/o próprio catolicismo está povoado de ídolos, fetiches, cultos e símbolos religiosos. Existir – “a que será que se destina”? – canta o poeta. Em sua fluidez e fugacidade, se destina ao exercício do amor, cuja dimensão altera o curso da vida. É hora de se retomar Medellín e colocar a palavra do evangelho na história. Medellín não é um evento histórico que passou. É a rememoração do passado, em função do presente e do futuro, na captação do espírito que criou no interior da Igreja. Medellín é um divisor de águas da história e da teologia latino-americana e caribenha.

A partir da liderança de Dom José, a Arquidiocese da Paraíba foi ensaiando diversos modos de agir e novas linguagens, em sintonia com os desafios da realidade

nordestina. No entanto, a Igreja estava entrecortada por tendências diversas. As brumas da crise que atravessavam a sociedade atravessaram também a realidade eclesial. Tarefa árdua e prolongada. (Falsas alvoradas encobriram/têm encoberto a Igreja atualmente!). Nesse intrincado mosaico, houve uma organização do trabalho. Uma significativa articulação de comunidades, agentes de pastoral, bispo, padres e leigos fecundou esse cenário. Foi um trabalho (com)partilhado por todos os que se envolveram na construção de uma Igreja e sociedade democráticas, justas e participativas. Autores diferentes interagiram na construção do futuro. Os olhares do presente fizeram elo com as miradas do futuro, com novas utopias e possibilidades.

Como falar de uma Igreja Povo de Deus na atual organização eclesiástica? O problema de ontem é cada vez mais o problema de hoje. Sendo a Igreja uma instituição de 'longa duração', corre o risco de não considerar devidamente a mutação dos tempos, das mentalidades, dos problemas e dos condicionamentos que se alteram. A história não descansa. O que deve a Igreja fazer para se revitalizar e não se deixar envolver pela multiplicidade de ídolos, cultos, templos e novas formas de produção de bens religiosos? Na obra literária *Morte e vida severina*, o escritor João Cabral de Melo Neto mostra que a inscrição do herói está na ação, pois "é difícil defender, só com palavras, a vida, ainda mais quando ela é esta que se vê, severina" (MELO NETO, p. 28). E o herói continua sua viagem, "tecendo lugares e moldando espaços" (CERTEAU, 1990, p. 251). A experiência da fé é um processo. É um retorno dinâmico ao Evangelho.

A obra de Dom José Maria Pires é aquela de um Pastor, a prova cabal de como é possível cumprir o múnus episcopal de maneira tranquila, evangélica e lúcida. Através dela, vemos o projeto e o sonho de uma Igreja Povo de Deus. Convite para criar cenários de emancipação e buscar novos horizontes, avançando, questionando, abrindo outros caminhos para a experiência cristã. Cada um se faz missionário, profeta ou pastor segundo a tradução do Oráculo ou Livro Sagrado. Os caminhos são diferentes, como diferentes são os peregrinos.

REFERÊNCIAS

Fonte Oral

Depoimento de Dom José Maria Pires concedido ao Professor Mauro Passos em agosto de 2001 e em junho de 2017.

Fonte Escrita

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. *Educação e escola*. João Pessoa: Cedop, 1982.
ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (AEP).
Documentação de Dom José Maria Pires. João Pessoa.

- BEOZZO, J. O. *O pacto das catacumbas: por uma igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- CERTEAU, M. *La culture au pluriel*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.
- CERTEAU, M.. *L'invention du quotidien – arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990.
- II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO - 1968 (CELAM). *Conclusões de Medellín*: texto oficial. São Paulo: Paulinas, 1998.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/ REGIONAL NORDESTE II DO BRASIL. Manifesto. In: *Paz e Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, 248.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Nordeste: desafio à missão da igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 55-57.
- MELO NETO, J. C. *Morte e vida Severina*. Belém: Universidade da Amazônia (Nead), s/d.
- PASSOS, M. *Um profeta em movimento*. Belo Horizonte: O Lutador, 2011.
- ECLESIÁSTICO DA PARAÍBA (AEP). Documentação de Dom José Maria Pires. Homilia da concelebração com os bispos do Nordeste II. João Pessoa, 27/03/1966.
- PAULO VI. *Octogesima adveniens*. São Paulo: Paulinas, 1971.
- PIRES, J. M. *Do centro para a margem*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- PIRES, J. M. Apresentação. In: IGREJAS AFRICANAS INDEPENDENTES. *Falando por nós mesmos*– Igrejas africanas independentes. São Paulo: Paulinas, 1992.
- PIRES, J. M.. *Religião e sociedade*. Paraíba: SEBRAE, 2000.
- PIRES, J. M. Igreja e resistência: um olhar sobre a Igreja do Brasil nos anos de chumbo. Discurso pronunciado em São Paulo, 07/10/2014.